

Congresso exige acesso à TV

Entre as novelas de maior audiência na televisão brasileira, no horário nobre, à noite, os telespectadores de todo o País poderão ver, nos seus vídeos, em breve, depois de promulgada a nova Constituição, imagens dos fatos diários mais importantes do Senado e da Câmara, gravados no plenário, nas CPIs e nas comissões permanentes das duas Casas do Congresso.

Para que isso aconteça, basta que o Legislativo aprove projeto do deputado Maurilio Ferreira Lima (PMDB-PE), institucionalizando a cessão de horário para a transmissão dos acontecimentos parlamentares. Isso ocorre, hoje, em relação aos trabalhos da Constituinte, transmitidos no boletim "Diário da Constituinte", através de redes nacionais de televisão, duas vezes por dia.

"O Diário da Constituinte — diz Maurilio — tem índices elevados de audiência, despertando interesse incomum junto à opinião pública".

Mas o projeto Maurilio não é aceito por todos e gera reações, especialmente entre os concessionários de canais de rádio e televisão e entidades que congregam as emissoras.

Custos

No horário nobre das televisões, os cinco minutos hoje cedidos ao boletim "Diário da Constituinte" custariam, diariamente, se fossem pagos, cerca de 15 mil dólares, na Rede Globo; dez mil dólares na Manchete; sete mil dólares na TVS; e três mil na Bandeirantes.

Mas, entre os congressistas, muitos consideram que as concessionárias de televisão têm o dever de prestar à comunidade informações neutras e objetivas, sobre as atividades congressuais. Recentemente, na votação da anistia fiscal às micro e pequenas empresas, o deputado José Mauricio (PDT-RJ),

protestou porque uma campanha publicitária do Governo atacou a Constituinte, apontando, no caso, apenas os aspectos negativos da anistia, jogando, portanto, a Assembléia contra a opinião pública.

Desde o começo da Constituinte, os congressistas se queixam do que julgam ataques injustos e desmoralizantes aos trabalhos constitucionais.

"Acho — diz o líder do PFL no Senado, senador Marcondes Gadelha (PB) — que o Congresso devia dispor, como vários parlamentos, dentre os quais o do Canadá, e a Câmara de Representantes dos Estados Unidos, de um canal próprio de televisão e rádio.

03
Produção JUI 1969

Mas o presidente do Senado, senador Humberto Lucena, considera dispensável a concessão de canal de rádio e televisão ao Congresso. O Senado — esclarece Lucena — está elaborando projeto de montagem de uma ilha (central) de produção e gravação de tevê, para uso interno. Essa ilha produzirá material visual para a Divisão de Documentação e Arquivo, da Secretaria de Divulgação daquela Casa do Congresso. "Trata-se

— informa o titular da Secretaria, jornalista Vilela de Magalhães — de preservar a memória visual dos acontecimentos importantes do Senado, deixando-a em condições de utilização pelos interessados".

Hoje, as reuniões do plenário, das Comissões Permanentes e das CPIs, no Senado, são totalmente gravadas em fita de som. O mesmo sucede na Câmara. Quem quiser reproduzir em disco os momentos dramáticos da política nacional, pode fazê-lo em relação aos fatos passados no Congresso, desde a data em que o Legislativo se instalou em Brasília, há mais de 28 anos. (RAL)

03 JUI 1969

JORNAL DE BRASÍLIA